

CIDADANIA DE RESULTADOS: A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO COMO ALIADA DA PESQUISA E CONTROLE SOCIAL

Citizenship of results: the law of access to information as an alliance of research and social control

Marcos Daniel Cano¹

Silvestre Antonio Venancio da Silva²

Resumo: Este artigo descreve as ações e dados obtidos com a execução do Projeto de Extensão “Cidadania de Resultados” que, por meio de palestras, orientaram alunos e professores da Escola Estadual Maria Calderaro, em Presidente Figueiredo – AM, sobre os temas de Controle Social e Lei de Acesso à Informação – LAI. Durante a ação, foi fomentada a reflexão e criticidade sobre a importância das informações públicas e a fiscalização por parte da população e seus representantes. O projeto também objetivou estabelecer uma parceria com a Prefeitura Municipal e Câmara Municipal trazendo as sugestões dos conteúdos de interesse dos alunos das redes Federal, Estadual e Municipal de ensino aos portais. Dos 171 alunos que responderam o questionário, apenas 6% haviam acessado os portais do poder público municipal. Os dados demonstraram que apenas 5% deles conheciam a LAI e que, destes, apenas 3% já solicitaram pedido de informação ao poder público. Os temas mais pontuados pelos alunos para ver nos portais foram: Turismo (21%) e Eventos (15%). As principais sugestões de melhoria foram: Cursos para Jovens (28%) e Balancetes mais detalhados (27%). Este trabalho mostra que a maioria dos alunos ainda desconhece as formas para acompanhar os dados do município e também o dever que os órgãos públicos têm de disponibilizar, ativamente, esses dados em seus portais. O projeto contribuiu para disseminar a potencialidade que a LAI oferece, permitindo que os dados da administração pública do município possam ser utilizados tanto em pesquisas quanto para melhorar a participação do cidadão no controle social do município.

Palavras-chave: Controle Social. Cidadania. Lei de Acesso à Informação.

Abstract: This article describes the actions and data obtained with the execution of the Extension Project “Citizenship of Results” that, through lectures, have guided students and professors of the Maria Calderaro State School in Presidente Figueiredo - AM, on the themes of Social Control and Law of Access to Information - LAI. During the action, reflection and criticism on the importance of public information and inspection by the population and its representatives was fostered. The project also aimed to establish a partnership with the City Hall and City Council bringing the suggestions of content of interest of the students of the Federal, State and Municipal

1 Mestre em Ciência da Computação, Docente, Instituto Federal do Amazonas, Campus Presidente Figueiredo – IFAM/CPRF. marcos.cano@ifam.edu.br

2 Acadêmico do Curso Técnico em Administração, Instituto Federal do Amazonas - IFAM/CPRF. silvestreantonio76@gmail.com

teaching networks to the portals. Of the 171 students who have answered the questionnaire, only 6% had accessed the portals of municipal public power. The data have showed that only 5% of them knew the LAI and that of these, only 3% have already asked for information from the public authorities. The most points scored by the students to see in the portals were: Tourism (21%) and Events (15%). The main suggestions for improvement were: Youth courses (28%) and more detailed balance sheets (27%). This work shows that most of the students still do not know the ways to follow the data of the municipality and also the duty that the public agencies have to make this data available in their portals. The project contributed to disseminate the potential of LAI, allowing the data of the public administration of the municipality can be used both in research and to improve citizen participation in the social control of the municipality.

Keywords: Social control. Citizenship. Law of Access to Information.

INTRODUÇÃO

É notório o crescimento das discussões políticas e da administração pública por jovens nas redes sociais e tecnologias de troca de mensagens por meio de dispositivos móveis.

Segundo Evangelista (2010, p. 6),

“O acompanhamento da gestão e fiscalização dos gastos no setor público, quando realizados pela própria sociedade, recebe a denominação de controle social.”

O Governo Federal (PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, 2017), reforça que:

“As ideias de participação e controle social estão intimamente relacionadas: por meio da participação na gestão pública, os cidadãos podem intervir na tomada da decisão administrativa, orientando a Administração para que adote medidas que realmente atendam ao interesse público e, ao mesmo tempo, podem exercer controle sobre a ação do Estado, exigindo que o gestor público preste contas de sua atuação.”

A Constituição Federal, em seu artigo 5, XXXIII, estabelece o direito do cidadão ter amplo acesso às informações de seu interesse perante os órgãos públicos.

A entrada em vigor da Lei de Acesso à informação, 12.527/11, sancionada pela Presidente da República em 18 de novembro de 2011, tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Para cumprimento das informações a serem divulgadas à população, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação

em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

Há uma grande falta de divulgação por parte do poder público da cidade de Presidente Figueiredo sobre os meios pelos quais a população pode acompanhar os dados da administração pública municipal. Um outro problema notado foi a falta de atualização de informações importantes e notícias sobre as ações da prefeitura e da Câmara.

Segundo o Ranking da Transparência (MPF, 2017), projeto do Ministério Público Federal que analisa a transparência de um município, a cidade de Presidente Figueiredo, tirou nota 0,0 (zero) na primeira avaliação e, em seguida, 5,90 na segunda avaliação, ficando em 11º posição entre os 62 municípios do Estado do Amazonas.

O objetivo deste projeto é orientar alunos e professores da rede pública municipal, estadual e federal da cidade de Presidente Figueiredo sobre os seus direitos garantidos por meio da Lei de Acesso à informação e como podem utilizar o portal da prefeitura para interagir com o poder público.

Com esse conhecimento é possível dar poderes para que, alunos e professores, possam desenvolver a cidadania, sendo que esta precisa ser estabelecida como um dos poderes extra-oficiais do Brasil. (RESENDE, 2001).

A “Cidadania de Resultados” é a forma de cobrar via requerimentos os órgãos públicos visando enviar sugestões, reclamações ou informações, com o intuito de melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Prefeitura ou Câmara Municipal.

METODOLOGIA

Inicialmente foi desenvolvida uma pesquisa sobre a Lei de Acesso à Informação, em que os bolsistas puderam conhecer mais sobre a lei, seus prazos e detalhes sobre os

pedidos de informação por parte do cidadão.

A pesquisa contou com visitas aos órgãos públicos para entender o processo de atualização do portal e análise prévia de quais informações garantidas pela Lei 12.527/11 estão ou não disponíveis nos portais do poder público municipal.

Durante as visitas, os bolsistas compreenderam o processo de respostas às solicitações de acesso à informação e foi constatado que ambas, a Câmara e a Prefeitura, mantém uma área para requisições físicas e também para respostas através da internet.

Após o levantamento, os bolsistas trabalharam no desenvolvimento de uma apresentação sobre o tema “Lei de Acesso à Informação”, onde foram expostas imagens e endereços eletrônicos dos portais da Prefeitura, Câmara Municipal e também a página para acesso ao Diário Oficial do município.

Para as palestras, foi desenvolvido um questionário para coleta de quais informações a população mais tem interesse em acompanhar no portal, contendo também perguntas qualitativas e quantitativas sobre o acesso ao mesmo.

As atividades de pesquisa e levantamento de informações iniciais foram realizadas através da internet e junto aos órgãos públicos municipais. Foi estruturada uma planilha com as informações levantadas em que foi possível visualizar os itens que a prefeitura já atende em seu portal, e/ou em suas dependências físicas e as quais ainda não estão disponíveis. O Quadro 1 demonstra as cinco escolas selecionadas para as palestras aplicadas ao longo do projeto.

Quadro 1: Instituições de ensino selecionadas para participar do projeto.

Escola	Órgão	Ensino
IFAM	Federal	Médio
Maria Calderaro	Estadual	Médio
Presidente Figueiredo	Estadual	Médio
Deisy Lammel Hendges	Municipal	Fundamental
Mario Jorge Gomes Da Costa	Municipal	Fundamental e EJA

Fonte: Próprio autor, 2017.

A divulgação das palestras foi realizada por meio de portais de notícias do município e através de *banners* e panfletos nas escolas. Nas palestras, foi feito um planejamento para disponibilizar um *folder* com as informações sobre o que é controle social e lei de acesso a informação e a importância da participação popular na administração pública. O Coordenador do projeto e os bolsistas puderam divulgar o conhecimento para os demais jovens e professores, auxiliando a multiplicar esse conhecimento na população.

RESULTADOS OBTIDOS

Através deste projeto os bolsistas puderam participar de visitas à Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores de Presidente Figueiredo, podendo interagir com os servidores municipais, conhecendo assim a estrutura e contribuindo para sua experiência cidadã.

Ações realizadas

A primeira palestra ocorreu na Escola Estadual Maria Calderaro para as turmas do ensino médio do matutino. No total, foram realizadas palestras para 8 turmas, totalizando aproximadamente 250 alunos.

A palestra foi ministrada pelos bolsistas e docente, onde os temas foram divididos para que os bolsistas pudessem ter a experiência de palestrar sobre o objeto pesquisado.

Durante a palestra (Figura 1) foi informado aos alunos de que modo, através dos portais digitais das prefeituras e câmaras municipais, podem obter informações e/ou abrir requerimentos junto aos órgãos públicos.

Figura 1: Apresentação de palestra pelos bolsistas



Fonte: Próprio autor, 2017.

Os resultados obtidos foram mensurados com a aplicação de um questionário que avaliou o conhecimento do público e identificou os conteúdos que eles mais gostariam de ver publicados nos portais do poder público municipal (Figura 2).

Figura 2: Preenchimento do questionário pelos alunos



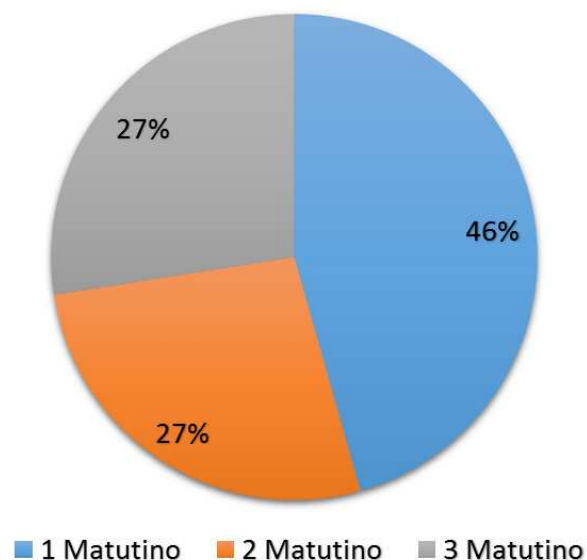
Fonte: Próprio autor, 2017.

Nesta primeira escola, ao todo foram recolhidos 171 questionários nas três palestras que foram realizadas.

Análise dos Dados

Como se observa no Gráfico 1, a participação da turma do 1º ano do período matutino foi maior, representando 46% dos alunos.

Gráfico 1: Percentual de alunos que assistiram as palestras.



Fonte: Próprio autor, 2017.

Analisando o resultado do percentual de alunos na questão em que buscava identificar se eles já haviam acessado o portal da prefeitura municipal, os dados mostram que a maioria deles nunca acessou a página (94%). Isso demonstra que eles não buscam informações através deste canal, queixando-se de o portal permanecer muito tempo desatualizado e sem nenhum marketing por parte do poder público.

Obtivemos o mesmo percentual de respostas (94%) também para o portal da Câmara Municipal, demonstrando que a grande maioria dos alunos não acompanha as informações do município através destes portais.

Num dos momentos, quando questionados sobre onde liam informações públicas sobre a cidade, os alunos de prontidão responderam que o faziam por meio do Portal do Urubuí (PORTAL DO URUBUÍ, 2017), um portal de notícias que nem mesmo em sua página apresenta uma equipe editorial.

Quando analisada a questão que objetivava verificar se os alunos conheciam a Lei de Acesso à Informação, apenas 5% afirmaram conhecer o conteúdo da lei.

Através dos dados, foi constatado que 92% dos alunos nunca solicitaram informações públicas, e destes, apenas 3% informam que o fizeram através da internet.

Durante as palestras foi reforçada a importância dos pedidos de informação através do Portal da Transparência para determinados tipos de pesquisa, como por exemplo, pesquisas em que são necessários dados estatísticos como: número de residências, volume de coleta de lixo e tratamento de água, os quais, são realizados pelo poder público municipal.

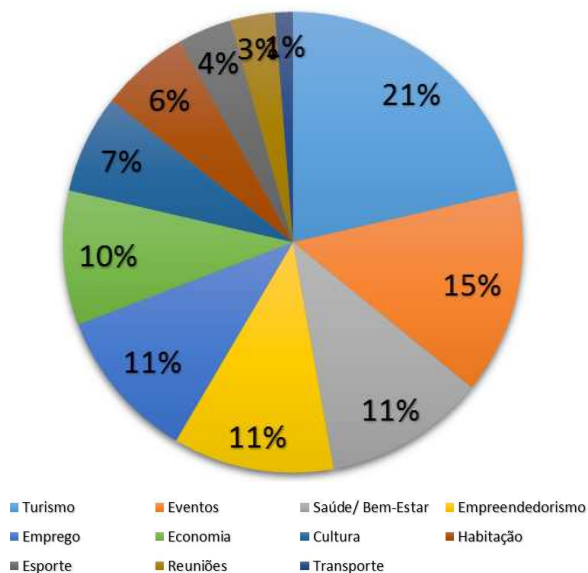
Em apenas 20 casos, os alunos informaram já terem feito alguma solicitação de informações públicas e, destes, 60% deles informaram que não receberam resposta ao seu pedido e 15% receberam respostas de forma inadequada.

Foram frequentes as dúvidas de alunos que não sabiam a quem reclamar quando viam buracos ou vazamentos de água na rua onde moravam. Alguns manifestaram pensamentos dizendo “Não adianta reclamar que eles não fazem nada. Só sabem roubar.”

Com o objetivo de identificar quais os conteúdos os alunos mais têm interesse em ler no portal da prefeitura municipal, foi solicitado para que escolhessem cinco conteúdos e então estes fossem classificados atribuindo notas de 1 a 5, sendo 5 a maior nota e 1 a menor nota.

Entre as notas que receberam valor 5, observa-se que o Turismo obteve 21% das maiores notas, sendo seguido por Eventos (15%). Por outro lado, Transporte ficou com apenas 3% (Gráfico 2).

Gráfico 2: Conteúdo de interesse atribuído com nota 5



Fonte: Próprio autor, 2017.

Entre as notas que receberam valor 4, observou-se novamente o Turismo e Cultura somando aproximadamente 30%, reforçando que estes são os dois principais assuntos dos jovens que assistiram a palestra. Notou-se que transporte novamente ficou com menor percentual, apenas 7%.

Seguindo a análise, encontramos os itens Cultura (16%) e Habitação (14%) como os de maior percentual quando foi atribuído a nota 3.

Considerando as notas que receberam valor 2, temos os assuntos de Saúde (16%), Cultura (12%) e Empreendedorismo (12%) como os mais selecionados.

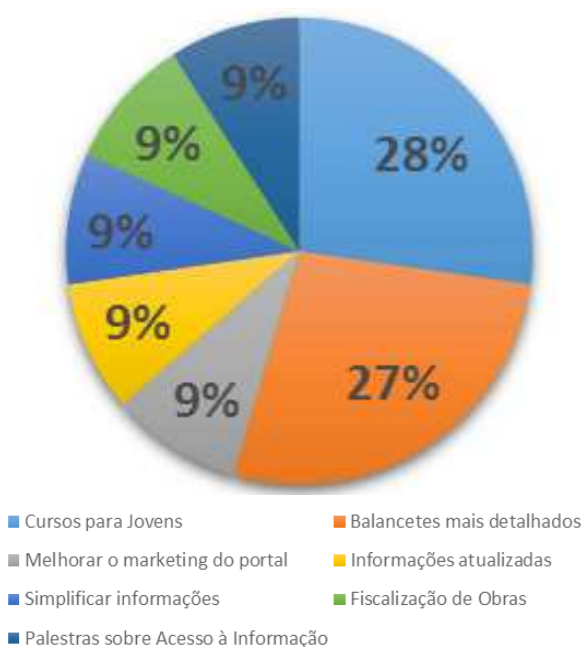
Na análise dos assuntos que receberam a nota 1, temos Transporte (14%) e Esporte (12%).

A última questão do questionário solicitava que os alunos sugerissem outros

assuntos que gostariam de encontrar no portal da prefeitura municipal, onde era esperado coletar assuntos que não foram anteriormente especificados.

O Gráfico 3 apresenta o percentual relativo a 11 sugestões de assuntos para o portal da prefeitura municipal, sendo o assunto “Cursos para jovens” (28%) como o de maior percentual, seguido de “Balancetes mais detalhados” com (27%).

Gráfico 3: Sugestões de assuntos adicionais para o Portal da Prefeitura Municipal



Fonte: Próprio autor, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a execução deste projeto foi constatado que grande parte dos órgãos públicos tem dificuldade na publicação de suas informações na internet.

Este processo muitas vezes depende de profissionais do ramo da tecnologia de informação e também de equipamentos apropriados para a digitalização dos dados.

Além disso, a compilação de dados, de modo a facilitar o entendimento de pessoas leigas é extremamente difícil, visto que os órgãos públicos ainda não dispõem

de sistemas de informações com módulos gerenciais, o que facilitaria a geração desses dados.

Foi percebido também que a falta de publicações constantes e atualizadas nos portais dos órgãos públicos fez com que as pessoas procurassem outros meios de informações, como *blogs*, *Facebook*, grupos de *WhatsApp*.

Desta forma, a apresentação de palestras sobre o tema proporcionou aos alunos e professores conhecerem os portais públicos do município e o modo como podem através destes solicitar informações públicas que possam ser úteis às pesquisas escolares e também para, acima de tudo, poderem ajudar na fiscalização e no controle social.

AGRADECIMENTOS

Ao IFAM pelo apoio através da PROEX.

A todos os servidores da Prefeitura, Câmara e escola onde o projeto foi realizado.

Aos bolsistas pela participação das ações realizadas.

REFERÊNCIAS

EVANGELISTA, L. *Controle Social Versus Transparência Pública: Uma questão de Cidadania*. Brasília: [s.n.], 2010. Disponível em: <http://www.cge.pr.gov.br/arquivos/File/Transparencia_e_Acesso_a_Informacao/controlesocialxtransparencia.PDF>. Acesso em: 22 out. 2017.

MPF. *Ranking da Transparência*, 2017. Disponível em: <<http://www.rankingdatransparencia.mpf.mp.br/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. *Portal da Transparência-Controle Social*, 2017. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

PORTAL DO URUBUÍ. *O Informativo Eletrônico de Presidente Figueiredo*, 2017. Disponível em: <<http://portaldourubui.com/>>. Acesso em: 22 out. 2017.

RESENDE, Ê. *Chega de ser o país do futuro: novos paradigmas para resolver o Brasil*. São Paulo: Summus, 2001.